



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA MESTRADO EM GEOGRAFIA**

SÍNTESE DE PROJETO DE PESQUISA

**O TERRITÓRIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E
URBANOS E SUAS PARTICULARIDADES NA REGIÃO SUDESTE**

**Porfa Dra Nelmiros Ferreira da Silva
Linha de Pesquisa: Produções e Apropriações do Território**

**Viçosa/MG
2018**

1-Problematização/Justificativa

A proposta de pesquisa intitulada “**O Território dos Movimentos Sociais Rurais e Urbanos e suas particularidades na região Sudeste**”, emerge a partir das experiências empíricas e acúmulos de conhecimentos adquiridos ao longo da vivência acadêmica e prática no cotidiano dos coletivos. Esta empreitada proposta enquanto campo de pesquisa justifica-se mediante a intenção em continuar reatualizando os estudos na área temática. Entre outros elementos instigantes, considera-se a importância de resgatar as discussões que marcaram as décadas de 1980 e 1990 com as investigações acerca das Lutas, Movimentos Sociais e Conflitos Agrários no Brasil, focalizando a região do Sudeste, os quais são de grande relevância para se repensar e propor políticas públicas, tendo em vista, a necessidade de incrementar as estratégias de enfrentamento as expressões da questão social.

Para isso, situamos o atual cenário dos fins do século XX e início do XXI em que, o processo de globalização, reestruturação produtiva, a nova divisão internacional e territorial do trabalho, frente às inovações técnico-científicas, bem como a emergência do modelo de gestão do trabalho, possibilitaram verificar o aparecimento de novos sujeitos sociais e políticos na cena contemporânea (SANTOS, 2000). É exatamente a introdução desses elementos conjunturais que gerou a emergência de revisões ou atualizações da retomada histórica dos movimentos sociais, suas estratégias de participação e disputas de acesso ao conjunto das políticas públicas e sociais.

Importar resgatar que no final do século XIX, as intensas lutas de classes (1849) retratadas e suas novas configurações a partir da catarse, assim denominada, tomada de consciência de classe de *Classe em si*, para *Classe para si*, passaram a expressar na teoria do paradigma de classes, cuja visão de luta era a própria condição de emancipação da sociedade capitalista (MARX,1996). Nos marcos dos anos de 1960 do século XX, a partir do evento “maio de 68” e/ou “maio francês”, um novo paradigma teórico das lutas sociais sob a concepção culturalista e a classista vem ganhando visibilidade no cenário internacional, nacional e local (MONTAÑO e DUREGUETTO, 2011).

A questão agrária e urbana são dimensões da questão social e, portanto, indissociáveis da ordem capitalista, as quais confluem numa arena de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais permeadas pelos antagonismos de classes frente às desigualdades socialmente produzidas no espaço de produção e reprodução do capital (IASE, 2006). Suas configurações estão presentes na expansão capitalista, que em seu processo de acumulação especializam num contínuo rural-urbano expresso na superexploração da força de trabalho e opressão cuja fundamentos estão na raiz do desenvolvimento desigual e combinado (HARVEY,2005).

Logo, imbrica-se no espaço um movimento que embora tenha particularidades, é parte da indissociável dinâmica do capital, a assim chamada questão agrária-urbana, diretamente ligada ao avanço tecnológico proveniente da III Revolução Industrial, que no meio rural se evidenciou como a “Revolução Verde” traduzida, principalmente na mecanização do campo, fator este, que foi um dos responsáveis pela “expulsão” da população que vivia no espaço rural para as grandes cidades. Nesse quadro vem acelerando as tensões e contradições mediante os ajustes ofensivos da agenda neoliberal, que proporciona a retirada e/ou a minimização do Estado ante o enfrentamento da questão social para os setores mais subalternizados da sociedade que sofrem diretamente os impactos provenientes do desenvolvimento das forças produtivas

quando considerada a conjuntura no estágio da financeirização com intensa mercantilização de bens e serviços públicos.

Assim, os conflitos no campo e na cidade são partes do movimento de expansão capital e trabalho, das pressões reivindicatórias pela terra, pelas melhorias de acesso a bens e serviços, configurando os mapas das lutas no Brasil até meados dos anos 1980, sob intensa ação truculenta do Estado com seu aparato policial. Em linhas gerais, a questão agrária e urbana no território brasileiro, refletem a intensa violência e pobreza no campo e nas cidades cujas raízes estão fincadas no modelo de desenvolvimento agrário capitalista.

Frente à conquista do direito a proteção social assegurada na Constituição Federal de 1988, fruto das intensas lutas e pressão da sociedade civil, configurou-se uma nova pactuação entre Estado e sujeitos políticos, o que possibilitou uma importante trégua e significativas mudanças no âmbito das políticas públicas. Uma “nova” agenda para o desenvolvimento territorial sinaliza para a complementaridade entre Estado, sociedade, alicerçada no discurso da descentralização, participação democrática e o protagonismo dos sujeitos políticos.

É nesse panorama que as tensões e consensos reordenam-se frente às atuais configurações dos movimentos sociais no Brasil com suas bandeiras e agendas de lutas. Destarte, o cenário tem confluído entre os fluxos/refluxos dos movimentos tradicionais/classistas/marxistas, e a emergência dos novos movimentos, conforme sinaliza os estudos de Maria da Glória Gohn, *Novos Movimentos Sociais (NMS)*, cuja abordagem centra-se no âmbito das micras relações sociais e bandeiras reivindicatórias.

À luz dessas mudanças de base empírica e paradigmática passamos a fomentar os seguintes questionamentos: *no atual cenário brasileiro como se configuram os tradicionais e emergentes movimentos sociais no território? quem são os tradicionais emergentes sujeitos políticos que estão presentes nas lutas na região Sudeste do Brasil? O que os atuais sujeitos políticos sinalizam em suas agendas de lutas no território brasileiro?*

Frente à problematização e as questões que nortearão essa pesquisa, partimos da hipótese diretriz de que no Brasil e em particular, na região Sudeste, na atual conjuntura de crises e ataques aos direitos sociais, às lutas sociais têm sido forjadas no impulso dos acontecimentos imediatos e fragmentados, o que não significa dizer que desapareceram da cena política. Nessa direção, o pressuposto que direciona nossa hipótese é a de que há um aparente esvaziamento e/ou mesmo uma retirada de cena desses sujeitos, podendo ainda traduzir em nova roupagem/reconfigurações, a qual propomos desvendar ao longo das nossas pesquisas.

2-)OBJETIVOS

2.1. Geral – investigar os Movimentos Sociais Urbanos Rurais no Brasil e em particular, focalizar os movimentos da Região Sudeste, as pautas/bandeiras e agendas de lutas dos tradicionais e emergentes sujeitos políticos no atual cenário.

2.2-Específicos

- Mapear os movimentos sociais urbanos e rurais tradicionais e emergentes no Brasil; contemporâneo e focalizá-los no território da região do Sudeste;
- investigar os tradicionais e emergentes sujeitos políticos em cena;

•Identificar as pautas/bandeiras e agendas de lutas.

3- Pesquisadora Associada:

Nelmires Ferreira da Silva, Graduada em Serviço Social/UFS, Mestre em Geografia/UFS e Doutra em Serviço Social/UFPE.

4-REFERÊNCIAS

DURIGUETTO, Maria Lúcia, MONTANO, Carlos. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. São Paulo, Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e rede de mobilizações civis na Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

IASE, Mauro Luis. **As metamorfoses da Consciência de Classes – O PT entre a negação e o consentimento**. Ed. Expressão Popular, São Bernardo São Paulo, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1. Editora Nova Cultural Ltda: São Paulo, 1996.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008, p. 70 .

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2000. SATAFLE, Wladimi. **Quando os novos sujeitos sobem a cena**. Gravado yuotube 26 de outubro de 2012.